



2016: ANO EM QUE A ELETROBRAS SE TRANSFORMOU NUM PARAÍSO DAS CONTRATAÇÕES POR INEXIGIBILIDADE E DISPENSA DE LICITAÇÃO

AFINAL, O CÉU É O LIMITE?

O processo de derrubada do governo eleito democraticamente e a consolidação do golpe em 2016 foram abrindo passagem para o vale tudo dentro das empresas do Sistema Eletrobras, com uma avalanche contratações sem licitação foram se multiplicando. As entidades sindicais da base Rio obtiveram cópias dos contratos firmados pela Eletrobras entre 2013 e 2016, analisou os dados neles contidos e constatou: Contra os fatos sucumbem os argumentos!

Nos últimos anos, houve um crescimento de cerca de 200% na quantidade de processos de contratações por inexigibilidade de licitação - modalidade na qual a Lei de Licitações desobriga a administração de realizar o procedimento licitatório, por inviabilidade de competição. Se não há competidores, não é necessária a licitação, gerando um crescimento de mais de 400% de aumento nos valores contratados.

No segundo semestre de 2016 a Hogan Lovells Brasil, empresa de advocacia e consultoria americana, foi contratada por inexigibilidade pela astronômica cifra de R\$ 196 milhões, este valor não foi considerado no aumento de 400%, caso incluído no crescimento em relação a 2013 seria superior a 2000%!

Outro fato relevante e assustador é que no segundo semestre de 2016 não foi realizado nenhum processo de contratação por concorrência ou por tomada de preços, houve, sim, redução dos processos de pregão eletrônico, caracterizando a preferência da atual administração por inexigibilidade e dispensa de licitação.

Sem transparência na gestão é impossível superar o momento de crise

As entidades sindicais entendem que diante desses dados, para uma empresa estatal como é o caso da Eletrobras, e que vem pregando tanto os trâmites de Ética e Conformidade, é salutar que a administração favoreça a concorrência e obtenha vantagens em suas contratações, principalmente no momento de crise e restrições orçamentárias, alardeado pela direção da casa.

É fundamental a transparência na gestão, para que a Eletrobras prime pelos princípios aplicáveis às licitações na seguinte ordem: legalidade; impessoalidade; moralidade; igualdade; publicidade; probidade administrativa; vinculação ao instrumento convocatório; julgamento objetivo, e, dos que lhes são correlatos, previstos na Lei Federal n.º 8.666/1993.

Gastos com consultoria tiveram um crescimento 1.451%

Diante dos discursos pitorescos, quase convincentes da nova gestão, referentes à situação financeira da Empresa, é no mínimo inaceitável que as contratações dos Escritórios de Advocacia por inexigibilidade de licitação, que em 2013 totalizaram R\$ 1.120.000,00, cheguem a R\$ 17.371.810,00 em 2016. Um crescimento astronômico de 1.451%!

Em 2013 as contratações de Consultorias por inexigibilidade e dispensa de licitação totalizaram R\$ 2.242.956,00, enquanto que no ano de 2016 o montante contratado foi de R\$ 20.868.606,70, representando um crescimento de 830%.

Sendo que nesse montante de R\$ 20.868.606,70, R\$ 9.212.828,00 refere-se à contratação da empresa Roland Berger Strategy Consultants Ltda, contratada por inexigibilidade em 2016, logo no

início da gestão do presidente Wilson Ferreira, para estruturar e apoiar a implantação do perigoso e propalado Centro de Serviços Financeiros e Compartilhados - CSFC.

Ainda sobre a “Fantástica Fábrica de Chocolate”, Roland Berger, vale lembrar que em 2013 ela foi contratada por meio de um pregão eletrônico, tendo concorrido com outras consultorias do mercado, para trabalhar nos estudos de implementação e reestruturação do modelo de negócio societário, organizacional e de governança e gestão nas empresas Eletrobras (Contrato nº ECE-DAC-964/2013; Decreto 5.450/05, lei 8.666/93; Pregão Eletrônico DAC nº 18/2013; Valor: R\$ 6.500.000,00; Fundamento Legal: Lei 10.520/02; Vigência: 12 meses).

10 perguntas que precisam ser respondidas pela Direção da Eletrobras

1 - O que aconteceu com a Roland Berger que em 2013 foi contratada por pregão eletrônico concorrendo com outros fornecedores e em 2016 foi contratada por inexigibilidade, sem concorrência? Um “fenômeno”?

2 - Num momento de dificuldades e restrições orçamentárias, os cortes no orçamento não atingem as contratações por inexigibilidade e dispensa de licitação, por quê?

3 - Quais os motivos para tantas contratações por inexigibilidade e despesas com serviços de terceiros?

4 - A auditoria interna já detectou o crescimento gritante das contratações por inexigibilidade e dispensa de licitação?

5 - Os profissionais da área jurídica assinam embaixo de todas as contratações por inexigibilidade e dispensa de licitação realizadas?

6 - Quanto a Eletrobras deixou de economizar por abrir mão da concorrência?

7 - Quem escolhe as empresas a serem contratadas por inexigibilidade e dispensa de licitação e como elas chegam à Eletrobras?

8 - Que critérios objetivos e transparentes são utilizados para as contratações por inexigibilidade e dispensa de licitação?

9 - O que a Diretoria de Compliance tem a dizer sobre a contratação da Roland Berger por inexigibilidade, quando há diversos fornecedores no mercado, permitindo a concorrência?

10 - A Eletrobras ainda possui Conselho Fiscal? Onde eles estão? Conhecem estes dados?

Com a palavra o Presidente Wilson Ferreira, o Diretor Jurídico Alexandre Aniz, responsável pelas contratações, a Diretora de Compliance, Lucia Casasanta, e os demais diretores Armando Casado, José Antônio Muniz, Carlos Eduardo Baldi e Luiz Hamann. O CNE quer respostas claras e convincentes.